

ESPAÇO E COTIDIANO – ENTRE DESEJOS E IMPOSIÇÕES

algumas implicações no “ser urbano” e “ser rural”

Joana Cruz de Simoniⁱ

Doutoranda em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

O presente artigo busca fazer uma reflexão acerca da noção de cotidiano posta ao lado da discussão em torno da ideologia do consumo programado em nossa sociedade, colocando-nos frente a contradições que são inerentes ao capitalismo e, portanto, à sociedade moderna. Objetiva-se, através dessa discussão, debater acerca de um processo de crise societária que transforma (e por vezes, se impõe) a vida cotidiana tanto nos espaços ditos urbanos como nos rurais. Através da compreensão que estes espaços não são realidades estanques ou a-históricas, discute-se algumas de suas representações, além das implicações dos processos anteriormente citados nestes espaços. Por fim, traça-se um debate acerca de uma dinâmica de nomadismos urbano-rurais (instituinte um fenômeno por vezes nomeado de “neo-ruralidade”), e suas motivações espaciais-subjetivas – relacionadas, aqui, à dita crise societária (associada à vida urbana) e às diferentes representações daquilo que seria o espaço (e o cotidiano) rural e urbano.

Palavras-chave: representações; metropolização; espaços de utopia; apropriação; Cristolândia.

ESPACE ET VIE QUOTIDIENNE: ENTRE DESIRS ET IMPOSITIONS – QUELQUES IMPLICATIONS POUR “L’ÊTRE URBAIN” ET “L’ÊTRE RURAL”

Resumé

Cet article vise à réfléchir sur la notion de vie quotidienne ainsi que sur la discussion autour de l'idéologie de la consommation dirigée dans notre société, nous plaçant face aux contradictions inhérentes au capitalisme et donc à la société moderne. L'objectif de cette discussion est de débattre sur un processus de crise sociale qui transforme (et parfois impose) la vie quotidienne dans les espaces urbains et ruraux. En comprenant que ces espaces ne sont pas des réalités étanches ou a-historiques, certaines de leurs représentations sont discutées, ainsi que les implications des processus (mentionnés précédemment) dans ces espaces. Finalement, un débat sur la dynamique de nomadismes urbain-ruraux (un phénomène parfois nommé « néo-ruralité »), et leurs motivations spatiales et subjectives a lieu. Cette discussion est liée à la crise sociale (associée à la vie urbaine) et les différentes représentations de ce que serait l'espace rural et urbain (et la vie quotidienne).

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

joana.simoni@gmail.com

Mots-Clés: Vie quotidienne, urbaine, rurale, crise sociale, néo-ruralité.

“Nós produzimos o espaço que nos produz”: à guisa de introdução

É possível pensar categorias como rural e urbano sob diversas óticas e matrizes conceituais – até mesmo ideológicas. Conceitos funcionais ou utilitaristas; de vieses econômicos ou culturais; visões romantizadas, idealizadas, pejorativas; discursos que reproduzem o senso comum – em seu sentido estreito... É tarefa difícil, no entanto, pensar essas facetas do real sem que, direta ou indiretamente, se pense na noção de espaço. De fato, todas estas perspectivas, “científicas” ou não, carregam consigo visões, implicações e reflexos do que seja o *espaço*. Espaço como chão, superfície – receptor e produto –; espaço como vida, como impulso, como troca – produtor e transformador –, para citar apenas extremos deste espectro complexo.

A atual fase do capitalismo, atrelada aos modos de vida que “produz”, às contradições que impulsiona e à complexidade das sociedades e individualidades contemporâneas, faz emergir uma noção de espaço (e portanto, de rural e de urbano) que exige novos olhares, conceituações e até mesmo novas experimentações neste. Concorda-se com Carlos (2007, p.47), quando esta propõe que “a prática socioespacial é a base e sustentação da vida. Portanto, o espaço analisado através da Geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento; produção/reprodução social”.

Neste primeiro momento do texto, portanto, busca-se afirmar uma noção de espaço, como reflexo e impulsionador das ações humanas, em suas dimensões coletivas, mas, também, subjetivas. Neste sentido, ainda na esteira de Carlos (2007, 2015), em seu diálogo com Lefebvre (em especial), tentar-se-á discutir o lugar destas práticas na construção do espaço, em uma dialética do espaço produzido e produtor. Às dimensões espaciais da realidade, não podem escapar as intencionalidades a partir das quais transforma-se o espaço. Esta discussão é traçada por Ferreira (2013), também conversando com Lefebvre; e por Santos (1996, p.174), quando alvitra que:

concretude e conteúdo em informação são, juntos, sinônimos de intencionalidade na sua concepção, isto é, da busca de adequação entre a estrutura, a natureza interna do objeto e a função a que se destina, essa extrema adaptação a uma ação planejada que torna possível sua exatidão e eficácia.

As intencionalidades fazem os elos entre os objetos e as ações, que constituem o espaço – considerado uma totalização (porque sempre em movimento) de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1996).

É por este caminho que pensar o rural e o urbano enquanto contrapostos ou reduzidos a realidades estanques não permite avanços nas análises destes espaços e da vida a eles atreladas. No entanto, pode-se buscar suas especificidades em uma tentativa de analisar e compreender o real – atentando-se para não cair na armadilha de criar modelos estereotipados. Veja-se, por exemplo, o que desenvolve Wanderley (2000):

Para Kayser (1990: 13), o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). [...] A referência a estas características, no entanto, não pode ser entendida como a busca do que seria uma forma a-histórica do rural. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma.

A atenção ao cotidiano – enquanto dimensão na qual ocorre a vida (do banal ao encantador, da repetição ao incomum) – na análise do espaço pode ser um meio para que se faça novas experimentações epistemológicas e se escape das armadilhas da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização (FERREIRA, 2015, p. 77, em diálogo com Lefebvre). O cotidiano não só acontece *no* espaço, ele produz o espaço e é por ele produzido (de modo que, como designa Massey [2005], o espaço seja entendido como “a dimensão de trajetórias múltiplas, uma simultaneidade de histórias-até-agora”). Campo e cidade não escapam a esta dinâmica – e a observação e reflexão acerca das práticas espaciais (bem como dos espaços e representação) nos ajudam a compreender e dialogar mais profunda e honestamente com estas categorias.

A sociedade burocrática de consumo dirigido... consome o espaço

A noção de sociedade burocrática de consumo dirigido foi elaborada por Lefebvre (1991) para definir a “nossa” sociedade. A definição visa a comportar *a)* o caráter racional de nossa sociedade; *b)* os limites dessa racionalidade (a burocracia); *c)* o objeto que ela organiza (o consumo, ao invés da produção e da criação); *d)* e seu *plano*, seu esforço para se sobrepor ao cotidiano. De fato, se na seção anterior relacionamos como intrínsecos espaço e cotidiano (em nossa perspectiva teórica), não se pode dizer que, *a priori*, a vida cotidiana seja o meio de atuação dos homens, livre de opressões, de alienação e de imposições (materiais e simbólicas). Faz parte do projeto lefebvreano, na verdade, a luta pela transformação dos espaços através do ultrapassar da mistificação destes – rumo a uma Revolução Cultural Permanente (Lefebvre, 1991). A ruptura com um cotidiano programado é premissa deste projeto.

Nesta etapa avançada do capitalismo, “a sociedade fetichizada é reduzida ao mercado” e a ideologia da produção e da atividade criadora são reduzidas à ideologia do consumo. A sociedade burocrática de consumo dirigido opera, assim, “via manipulação dos sistemas de valores” (CUNHA *et al*, 2003), tendo como produto uma cotidianidade programada.

Alguns teóricos, por sua vez, demonstrarão como os conflitos em torno do ambiente construído desvelam o desenvolvimento da capacidade localizadora de valorização do capital. Assim, Harvey (1982) nos mostra como a espoliação urbana, ou como a acumulação por meio da espoliação, é condição da manutenção e sobrevivência do capitalismo. Ou seja, para além do espaço de consumo que forjam as relações na sociedade urbana capitalista, o próprio espaço aparece como objeto de consumo, de modo que há a disputa pelo “consumo do espaço”¹.

Se o consumo do espaço era prioritariamente relacionado às cidades, agora esta dinâmica perversa tem seus olhares também sobre os espaços ditos rurais. Um fator preponderante neste processo é a recente e crescente valorização do discurso

¹Essa tendência pode ser constatada pela difusão de uma arquitetura, de negócios e lazer, absolutamente recorrente e, em médio prazo, desinteressante e estéril ou, ainda, de uma arquitetura dirigida aos olhos externos, que busca ampliar a face mercantil da vida urbana através dos fluxos de consumo rápido (RIBEIRO, 2000, p. 237)

da sustentabilidade, do meio ambiente saudável – e da confusão entre espaços de vida rurais e natureza intocada. Ora, “o meio ambiente vende” (VAINER, 1993, p. 569). As diferentes significações atribuídas ao meio ambiente e à população aí inserida (por ora *invisibilizada*, por ora *ecologizada*, por ora marginalizada, por ora *se-mideusada*) refletem, pois, os diferentes interesses acerca dos territórios e de suas representações. As cidades, por sua vez, são muitas vezes encaradas no imaginário social como a expressão máxima do artificial, poluído, insustentável: ou seja, a “anti-natureza”. Deste modo, a visão preservacionista do meio ambiente tende a ignorar o espaço urbano, não o entendendo enquanto um ambiente propício para a busca de uma – pretensa – sustentabilidade².

Ao refletir acerca de algumas destas visões, alguns autores advogariam que haveria uma “invenção” de um mundo rural não agrícola, construída socialmente. Segundo Ferrão (2001), as linhas argumentativas desta perspectiva baseariam-se em três principais tendências: a de “renaturalização” (crescente hipervalorização da conservação/preservação da natureza, capitaneada pelos debates acerca de um dito desenvolvimento sustentável); a de mercantilização das paisagens (o consumo do espaço como mercadoria, e a consequente valorização de espaços para turismo ou lazer) e a procura de “autenticidade”, que leva a encarar a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de globalização. Desta forma, ainda segundo o autor, o mundo rural passaria a englobar práticas de multi-atividades e multi-rendimentos – cuja remuneração agora se daria não somente pelo valor econômico (pela coisa produzida), como também, pelas funções sociais e ambientais que tais atividades assegurariam.

Ocorre que esta “invenção” (ou estas) – ou seja, esta representação do espaço rural – tem resultados práticos: o Projeto de pesquisa Rurbano, orientado por Grazi-ano da Silva (2001), demonstrou como as “novas dinâmicas em termos de geração de

²De fato, há de se notar que a noção de sustentabilidade, bem como a de meio ambiente, é “uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias” (ACSELRAD, 1999, p. 80).

emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental etc.). Estas ditas “amenidades rurais” são chamarizes para o consumo do espaço rural – ou, em palavras mais precisas, de uma representação deste espaço.

Entre contradições e utopias

Utopia? A esse epíteto, a essa injúria, a essa melopeia responderemos: “Mas é claro! Todos utopistas, inclusive você, desde que não seja inteira e cegamente submisso, desde que você deseje outra coisa e não seja um executante, um esbirro”. (Lefebvre, 1991, p. 84)

De acordo com Morales (2001), a perspectiva lefebvrea de vida cotidiana a definiria como a mediadora entre a natureza e a sociedade – o que poderia ser dito, nas palavras de Milton Santos, entre sistema de objetos e sistema de ações. O cotidiano, conforme já dito, pode ser impregnado de ilusões e opressões, ao mesmo tempo em que pode ser o *lugar* da festa, do encontro, da transformação.

A reflexão acerca da cotidianidade, quando posta ao lado da discussão em torno da ideologia do consumo programado em nossa sociedade, pode nos por frente a contradições que são inerentes ao capitalismo e, portanto, à sociedade moderna. Observe-se, por exemplo, as representações do espaço urbano já delineadas nas seções anteriores. A cidade pode ser vista como “o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros. A anarquia atual da cidade grande lhe assegura um maior número de deslocamentos, enquanto a geração de relações interpessoais é ainda mais intensa” (SANTOS, 1996). Por outro lado, pode ser o lugar onde a “informação, transformada em mercadoria, ameaça a negociação de sentidos, as trocas intersubjetivas, a sociabilidade e o conhecimento” (RIBEIRO, 2005, p. 417). É, assim, o espaço do estar junto e do estar isolado, dos muitos vínculos e de vínculo nenhum.

A experiência urbana comporta contradições – como esta citada acima, como a experimentação simultânea entre homogeneização e diferenciação (homogeniza-se a diferença, massificando-a); como a fluidez do capital acompanhada pelo enrije-

cimento das fronteiras; como os processos de mobilização, protestação, inquietação, que ocorrem lado a lado da indiferença cada vez mais aceita e institucionalizada.

É neste imbróglio de incertezas, que Ribeiro (2013) desenvolverá a ideia de uma crise societária que, ao mesmo tempo em que é palco de mal-estar, de esgotamentos de formas coletivas e institucionais, é também impulso para movimentos de ação, de contraposição, de experimentações utópicas. Para Santos,

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (1996).

As contradições e utopias da modernidade urbana se demonstram novamente. Lefebvre, ao tratar dos empregos do tempo, também dialoga com o exposto. O autor escala: o tempo imposto, o tempo obrigatório e o tempo livre (Lefebvre, 1991, p. 61). Os dois primeiros se sobressaem em relação ao terceiro. Mas é o tempo imposto aquele que mais “ganha terreno”, aumentando mais rápido que o dos lazeres. O tempo imposto é o tempo da burocracia e das muitas exigências ao qual, para viver o tempo livre (dos lazeres) ou o tempo obrigatório (do trabalho), temos que nos submeter... “o tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições” (idem). Guattari (1996, p. 293) também remarca este mundo de contradições do urbano:

Tudo circula: música, *slogan* de propagandas, turistas, *bits* de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais. Os espaços se tornaram estandardizados, tudo passou a ser intercambiável, equivalente.

Ao que conclui: “a subjetividade está ameaçada pela paralisia”. Frente a este fenômeno, que Ana Clara Ribeiro compreende como uma crise, Guattari enxerga algumas tendências, dentre elas, a tendência ao “nomadismo urbano” (e, em especial, de um “nomadismo juvenil”). Ressaltamos este último pois, a autora supracitada,

ao tratar do “mal-estar urbano” (“causado pela perspectiva de um futuro artificial, maquínico e, sobretudo, excludente” [RIBEIRO, 2005, p. 413]) reconhece tendências e comportamentos sociais que podem ser a este relacionado. Trata-se, por exemplo, da adesão de jovens “a valores culturais tradicionais e o retorno à religião, além da busca de vínculos com a natureza”. Essas, que chama de reações sociais à crise societária, indicariam que “a vida prometida pela modernidade radicalizada apresenta aspectos deletérios, que ameaçam o tecido social” (idem).

Ribeiro levanta pontos de tensão na sociedade frente a esta “crise da urbanidade”. Uma fragilidade na solidariedade, nos vínculos sociais, demandam por esperança – e por ação, por contraposição. Este fenômeno tem repercussões nas teorias sociais³, mas, também, nos arranjos espaciais locais, regionais, nacionais e internacionais.

A autora irá chamar a atenção ao fato de que:

Os espaços novos, as cidades médias, como previu Milton Santos (1993), conduzem agora, de forma privilegiada, o encaixe da economia às tendências do mercado mundial, enquanto as grandes cidades, construídas em períodos históricos anteriores, enfrentam as conseqüências sociais de uma forma de progresso cada vez mais seletiva e extrovertida (RIBEIRO, 2005, p. 413)

Uma discussão neste sentido se travará na próxima seção do texto, focalizando-se, no entanto, nos nomadismos urbano-rurais e em suas motivações espaciais-subjetivas.

“Neo-ruralidade”: a busca por novos cotidianos?

De uma maneira ou de outra, uma sociedade nova está nascendo de nossa civilização técnica. Fim dos camponeses (tradicionais),

³ É em busca do tecido social que se constata, por outro lado, a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar. Procura-se, com a reflexão teórica, o correto enquadramento espaço-temporal da ação que resiste à destruição dos valores e das práticas que garantem a reprodução social [...]Essa idealização baseou-se no esquecimento tanto da subordinação e das formas primárias de controle social, que tantas vezes acompanham a vida local, como da natureza transescalar da vida urbana. Realmente, a idealização da escala local colaborou para o enfraquecimento da reflexão da escala metropolitana, com fortes impactos negativos para a pesquisa da estruturação de classes que acompanha a crise urbana, que é também crise da urbanidade (RIBEIRO, 2005, p. 412)

sim, certamente; mas não a morte do campo e a generalização dos subúrbios. O desaparecimento do fosso cavado entre citadinos e rurais pode e deve comportar soluções que respeitem certos traços do meio natural e humano de cada região; ela desemboca em uma nova arte de viver (Juillard, 1973, em Wanderley, 2000)

Tratou-se, no início deste texto, acerca da relação intrínseca entre cotidiano e espaço. Para além disso, ressaltou-se a necessidade de novos olhares sobre este, do exercitar formas de análise que agregassem sua complexidade, fluidez e movimento, ao invés de torná-los estanques e limitados. No campo da relação campo-cidade, a sociologia (mais notadamente a sociologia e a antropologia rural) avançou neste sentido, trazendo à tona uma discussão que traçamos na introdução aqui exposta:

Tudo começou quando se comparou o campo com a cidade. A sociologia rural, em seus primeiros 40 anos de existência, procurou ressaltar o que havia de característico, ou diferente, nas pessoas que viviam no campo. Essas pessoas, postas em confronto com os citadinos, pareciam muito especiais e, para os sociólogos, suas características podiam ser atribuídas ao meio em que viviam (Sorokin, Zimmerman e Galpin, 1930). Produziam de maneira diferente; para uns, relacionavam-se de forma egoísta e cruel; para outros, eram a própria encarnação da solidariedade. As regras de sua vida não eram escritas nem formais e abstratas. Provinham de normas antigas e, aparentemente, feitas à medida das pessoas. Pareciam viver ao ritmo da natureza, lentamente e com sabedoria ou também pareciam ficar a reboque na história, atrasando seu progresso (GIULIANI, 1990).

Estas diferenças, que por vezes desembocam em dicotomias, entre campo e cidade (e portanto, entre a vida no campo e a vida na cidade), se, por muitos momentos resultaram em uma depreciação no que se refere ao “ser rural”, sofrem, cada vez mais, transformações expressivas. Como as assimetrias de poder entre os homens se refletem nas hierarquias dos espaços-lugares, pode-se lançar mão da ideia de que estas transformações ocorrem substancialmente no sentido urbano-rural – sobretudo se levarmos em conta que “o urbano transcende a cidade [...] envolve o material e o imaterial, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, ideologias e representações” FERREIRA, 2015, p.72)⁴.

⁴São muitas as evidências que demonstram esta hierarquia, tanto no plano socioeconômico, como no plano simbólico. A título de exemplo, trazemos Silva (2001) que, ao pesquisar a emergência das atividades não agrícolas no rural, conclui que: “têm maior dinamismo justamente [aquelas] áreas rurais que têm uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Ou seja, nas regiões mais atrasadas, não há emprego agrícola e muito menos ocupações não-

Assim, a discussão acerca da chamada “neo-ruralidade” pode envolver debates anteriormente traçados: haveria um consumo do espaço rural, seja como materialidade, desejo ou utopia? Ainda neste sentido: haveria uma busca por novos cotidianos, relacionada às contradições e às crises societárias (urbano-capitalistas-paradigmáticas), discutidas por Ana Clara Ribeiro (2000, 2005, 2013)? A busca por “novos espaços” de vida, e, portanto, por novas práticas espaciais, são, se mantivermos a linha argumentativa deste texto, buscas por transformações no cotidiano. Poderiam, assim, ser entendidas como ações sociais transformadoras, com impulsos e reflexos subjetivos, individuais e coletivos. Nas palavras de Moreaux, são “justamente as reflexões acerca das práticas no espaço que permitem enxergar as possibilidades de transformação: é pela produção de um espaço apropriado que a transformação do cotidiano se torna possível” (2013, p. 32, apoiado em Lefebvre)

No entanto, ao contrário do que poderia se supor no caso das ações *na* cidade, estas “novas práticas espaciais” não se fazem por dentro da cidade (como uma auto-reflexão, ou, ainda uma meditação, se fizermos uma analogia do *corpo-alma cidade* com o *corpo-alma humano*), mas por fora dela, por vezes como uma negação da sua capacidade de resiliência, como uma fuga; como uma ação utópica, como um desejo ou tantas outras possíveis intencionalidades. Ocorre, pois, que, se não acontecem *na* cidade, não significa que não carreguem consigo signos *da* cidade.

Nenhuma resposta às provocações aqui levantadas será emitida. Trata-se, neste espaço, somente do exercício reflexivo acerca dessa dinâmica social, e, *portanto*, espacial, e, *portanto*, subjetiva, e, *portanto*, concreta. A discussão da metropolização do espaço, no contexto da banalização dos mesmos e de sua homogeneização-fragmentação-hierarquização também não será desenvolvida aqui – por já ter sido em outros momentos – mas sua relação com o aqui exposto é clara. Sujeitos, ideologias e representações transitam pelo espaço e, necessariamente, construirão um “novo rural” a partir destes fluxos – quando nos detemos sobre o “caso” dos neorurais.

agrícolas. Assim, não há alternativa senão políticas compensatórias tais como as de renda mínima e de previdência social ativas, por exemplo”.

Resta apresentar esse ator e agente social, ainda que de forma embrionária. Não são, ainda, numerosos os estudos que se detêm sobre estes, o que acaba por corroborar com uma visão estereotipada dos espaços rurais e, conseqüentemente, dos espaços urbanos. De acordo com Codonho (1993), o neo-rural é um

termo já utilizado por diversos autores, como Kayser (1990), Carneiro (2008, Giuliani (1990), Brandeburg (2005), Wanderley (2000) e outros, [que denomina] tanto as pessoas não originárias da zona rural que optaram por este novo estilo de vida, quanto pessoas originárias do campo que, de certa forma, se converteram ao manejo orgânico de produção, diferenciando-se desta maneira do tipo de ruralidade predominante na região, praticante de agricultura convencional dependente de insumos químicos externos e maquinário.

Nas reflexões aqui presentes, nos detivemos sobretudo no ator/agente que, conforme descreve a autora, não são “originários da zona rural e optaram por esse novo estilo de vida”. Cabem, aqui, duas reflexões. Em primeiro lugar, nos preocuparemos em distinguir ator e agente, demonstrando porque, nesta discussão da (re)produção espacial, todos são ora atores, ora agentes. Conforme discutido em FERREIRA (2013), ambas categorias buscam dar conta da ação social, inserida em uma lógica de relações de poder. O agente operacionaliza (“age”), sem que esta ação passe pelo plano da consciência. Age-se por necessidade, por estar ligado a uma subjetividade coletiva/cultural... Giddens esclarece essa “agência” ao ressaltar que ela “não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar”. A “Agência” diz respeito “a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido em que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente” (Giddens, 1989, p.7). As intencionalidades, necessárias e inerentes à produção do espaço, aqui encontram-se, diluídas, acrílicas.

A noção de ator, por sua vez, “incorpora autonomia, capacidade reflexiva e a própria manipulação” (FERREIRA, 2013). Neste sentido, o ator “atua” reflexivamente, estrategicamente, inventivamente. Essas atuações, como já exposto, estão dentro de um jogo de poderes – na verdade, são partes intrínsecas, criadores destas relações de poder. A ação dos atores leva sempre em consideração a existência-presença de outros atores nas práticas espaciais.

Esta breve mirada nestas categorias permite, pois, refletir acerca do duplo papel do homem no espaço – às vezes mais agente, às vezes mais ator. Mas, sempre os dois: tratam-se de categorias de análise acerca do ser social que, assim como o espaço (SANTOS, 1996) são uma totalização. E uma totalização complexa.

No que tange à reflexão acerca destes que chamamos de neo-rurais, vale, então, destacar sua ação e atuação, sua característica de ator social e de agente. Quando reflete sobre o espaço/cotidiano em que vive e escolhe não – exclusivamente – transformá-lo, mas “mudar-se”, esse ator carrega consigo uma série de estratégias (socioeconômicas, afetivas, etc.); mas carrega, também, uma série de simbologias, ilusões, crenças coletivas que, possivelmente, não passarão por uma reflexão crítica mas, necessariamente, se demonstrarão na sua ação neste “novo espaço” – aqui, o “espaço rural”. Novos gestos-fios (como propunha Ribeiro, 2005) estão em permanente (re)criação – que mescla, aqui, rurais idealizados e rurais concretizados, materializados... “trata-se portanto, da reunião das condições objetivas às condições subjetivas da ação social” (RIBEIRO, 2013, p. 196).

Provavelmente, esta “dupla presença” dos sujeitos no mundo tem efeitos em todos os espaços-lugares. A facilidade em trazer esse olhar para a análise do mundo rural, dá-se, sobretudo, pela dicotomização histórica entre espaço rural/espaço urbano, que permitem traçar imaginários acerca do que seria um e outro, engessando (na teoria) seus modos de vida.

Sobre este último ponto, voltemos ao trecho destacado que visa a “conceituar” o neo-rural. A autora enfatiza que há a busca por um “novo estilo de vida” – certamente, a busca por novos cotidianos, impulsionadas pela crise societária (crise da urbanidade) que discutimos na seção anterior. A própria ideia de “estilo” contem, por um lado, uma questão estética (que poderia, por exemplo, se remeter à paisagem rural idealizada e mercadificada), por outro, uma questão relacionada a ideia de costumes, práticas, hábitos⁵. Neste ponto, poder-se-ia discutir (se há) a especificidade do modo de vida rural, e se este modo de vida pode ser desejado/adquirido. Outro ponto que colabora para o consumo/desejo do espaço rural tem a ver com

⁵De acordo com o dicionário Michaelis, temos duas acepções (entre outras: 1 Feição especial, caráter de uma produção artística de certa época ou certo povo. 2 Hábito, prática, praxe, costume.

uma possível fragilidade dos vínculos sociais (efêmeros? Artificiais? Mecânicos?) nas grandes cidades⁶.

Ocorre que, se esse espaço é consumido como um produto desejado através de uma ação social burocraticamente dirigida, isto irá, conforme propõe Ribeiro (2013, p. 138) implicar em um “comprometimento de formas de sociabilidade numa nova configuração espacial”. Aqui, também vale destacar: “ações que se realizam em determinado lugar, e que são origem a algumas formas urbanas, muitas vezes são fruto de desejos e estratégias estranhas ao lugar” (FERREIRA, 2013, p. 54)... A pergunta que fica, considerando os anseios subjetivos e coletivos dos homens, em um contexto de um conflito societário, de uma crise urbana, mas que não se restringe à cidade, é: “Podem o cotidiano, o lugar, a sociabilidade e a urbanidade resistir à financeirização das relações sociais, que acentua a insegurança no acesso às condições materiais e imateriais de vida urbana?” (RIBEIRO, 2005, p. 414) Que caminhos isto designaria, pois, ao “novo rural”, não (somente) do ponto de vista de suas atividades econômicas, ou, ainda, culturais, nem tampouco no que tange às suas paisagens; mas que práticas espaciais – que vislumbram o cotidiano como dimensão elementar da vida, com sua “humilde razão” (Lefebvre, 1991, p. 22) – hão de emergir destes novos gestos-fio, sobretudo se levarmos em consideração que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um lugar de relações” RUA *et al* (2007, p. 27)?

Referências

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais**, 1, Maio de 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

⁶Estas formulações partem de algumas conversas com “neo-rurais” e de outras experiências. As discussões aqui expostas são o primeiro exercício de uma possível reflexão mais profunda e sistemática acerca do tema.

CODONHO, Camila Guedes. **“Ser orgânico”**: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 1983.

CUNHA, Alexandre Mendes. *et al.* **O terror superposto**: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

FERREIRA, Álvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço : por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 53-74.

_____. Metropolização do espaço, cotidiano e ação : uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1989.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **RBCS/Anpocs**, n. 14, ano 5, out. 1990.

GUATTARI, Felix. A Restauração da paisagem urbana. **Revista do IPHAN**, Nº 24, ANO 1996.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, no 6, jun./set., 1982, pp.6-35.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 39-95.

MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano**: estudo das práticas de arte de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Puc-Rio, 2013. Cap. 1 (O cotidiano é o lugar da transformação através do corpo), p. 26-67; Cap. 2 (As rupturas dos ritmos do cotidiano: integração da noção de ritmo às análises do espaço urbano), p. 68-107.

MORALES, Nelson. **Filosofía de lo cotidiano y el ritmanálisis**. Fermentum, año 11, n. 32, set-dez, 2001, p. 515-524, Mérida, Venezuela.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. **Repensando a experiência urbana da América Latina**: questões, conceitos e valores, 2000. (p. 235-250).

_____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

_____. **Por uma Sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. “Ação e seleção social” (p. 137-148); “Por uma cartografia

da ação: pequeno ensaio de método” (p. 149-172); “Micro-conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana” (p. 173-192); “Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder” (p. 193-208).

RUA, J.; OLIVEIRA, R.; FERREIRA, A. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. In: RUA, J.; OLIVEIRA, R.; FERREIRA, . **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia** A. organização: João Rua. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo , v. 15, n. 43, p. 37-50, Dec. 2001 .

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur/UFMG-Cedeplar, 1993. p.556-71.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, outubro, 2000: 87-145.

Recebido em 29 fev. 2017;
aceito em 03 jun. 2018.